

# **Situação financeira do Estado do RS em 2015, comparada aos demais Estados da Federação**

## **INTRODUÇÃO**

Na elaboração deste texto foram levantados dados dos resultados resumidos da execução orçamentária dos Estados (RREOs), um levantamento trabalhoso, uma vez que foi preciso entrar no site de cada Estado, onde, em alguns casos, não foi fácil a localização desses elementos.

Nesse levantamento, não foi possível acessar em 2015 o RREO do Estado do Amapá e nem obter os dados previdenciários do Estado do Amazonas que, pelo segundo ano consecutivo, deixou de publicar o demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias.

Outro aspecto a destacar é a falta de uniformidade na classificação do que seja despesa com pessoal e ODC. Por isso, tratamos dos dois itens agrupados. A maioria dos Estados classifica adequadamente as despesas em causa, o que não ocorrer com alguns.

Já a despesa com inativos e pensionistas foi possível identificá-la, por ser tratada separadamente em informativo próprio, que compõe o RREO: o demonstrativo de despesas previdenciárias .

A RCL considerada não é a apurada para efeito da LRF, pelo fato desta ter sofrido muitas exclusões, que a descaracterizaram como receita corrente que, efetivamente, pertence aos Estados. A RCL referida só a consideramos no cálculo do grau de endividamento (DCL/RCL), que foi obtido junto à STN, que adota esse critério.

Consideramos como RCL a receita corrente deduzida das perdas do Fundeb e da repartição das receitas com os municípios.

As variáveis envolvidas na análise por se referirem a apenas dois anos (2014 e 2015) foram consideradas por seus valores nominais.

Para efeito deste trabalho o Distrito Federal (DF) é considerado Estado.

## 1. INDICADORES FINANCEIROS

A Tabela 1.1 traz uma síntese de alguns indicadores financeiros selecionados do RS, em relação a sua RCL, assim como sua posição no conjunto dos Estados. Segue-se a Tabela 1.3. com os mesmos indicadores de todos os Estados, para 2015.

Indicadores	Exercício 2014		Exercício 2015	
	RCL %	Pos.	RCL %	Pos.
Investimentos	5,86	Última	2,57	Última
Margem para investir	-7,1	Penúltima	-14,52	Última
Resultado primário	-1,79	11ª	-5,64	24ª
Resultado orçamentário	-4,18	21ª	-15,69	Penúltima
Pessoal mais ODC (*)	96,27	Penúltima	102,64	Penúltima
Inat. e pensionistas (bruto)	35,18	Última	37,99	Última
Serviço da dívida	10,8	21ª	11,87	21ª
Endividamento	2,09	Última	2,27	Última

Fonte: Dados brutos RREOs do Estados - 6º bimestre 2015.  
Observação: Em 2015 falta AP e AM, para despesa previdenciária.

A Tabela 1.1 mostra que, em oito indicadores, em 2015, o Estado do RS ocupou a última posição em quatro, a penúltima em duas. A 21ª e 24ª em outras duas.

Quando se confronta com o exercício 2014, constata-se que a situação piorou, cujas principais causas dessa piora são as seguintes:

Quanto ao menor valor dos investimentos, as operações de crédito foram de R\$ 2,2 bilhões em 2014 e de apenas R\$ 203 milhões em 2015, porque o limite de endividamento estava e ainda está esgotado. Os saques do caixa único foram de R\$ 3,1 bilhões em 2014 e de R\$ 2,3 bilhões em 2015. Além disso, foram **deixadas sem lançar em 2014 despesas no valor de R\$ 1,36 bilhão** (Parecer Prévio do Tribunal de Contas de 2014, tabela 1.16, p.50).

A piora de todos os demais itens teve como causa principal os grandes reajustes salariais concedidos no governo passado com vigência até 2018. Trata-se de uma despesa de **caráter continuado e, ainda, crescente**, sem

que existissem os recursos para custeá-la. O governo que as gerou valeu-se dos depósitos judiciais para pagar as parcelas de seu período, deixando para o governo seguinte somente a despesa. Além disso, nos reajustes concedidos ao magistério, parceladamente, o maior índice (13,7%) vigorou a partir de novembro/2014, com incidência maior em 2015 e exercícios seguintes.

Houve um total desrespeito aos princípios (e a lei) de responsabilidade fiscal, que, segundo o Economista José Francisco Afonso, são os seguintes:

Princípios de responsabilidade fiscal, segundo José Francisco Afonso.

- *Não gaste mais do que arrecade.*
- *Para fechar contas do dia a dia, nunca venda bens e evite, ao máximo, tomar empréstimo de antecipação (ARO) - se o fizer, por pouquíssimo tempo, ARO não pode mais "virar o ano".*
- *Não crie uma obrigação permanente de gasto sem **fonte igualmente permanente de receita (grifei)**. Não deixe as despesas com pessoal ultrapassar limites prudenciais, e jamais os máximos.*
- *Se for inevitável assumir dívida bancária, que **seja apenas para financiar investimentos fixos (grifei)**, cumpra os limites máximos e a prestação futura da dívida caiba dentro de sobra projetada.*
- *Se for vender um bem, aplique o resultado na diminuição de dívida ou compra de outro patrimônio.*

Mesmo sem, praticamente, conceder reajustes salariais em 2015, a folha de pagamento (sem considerar as transferências internas) cresceu R\$ 2,4 bilhões ou 11% nominais, passando de 70,2% da RCL em 2014 para 74,4%, em 2015.

A outra causa é a despesa previdenciária alta e crescente, que, mesmo sem reajuste em 2015, cresceu 11,1% nominais. Os altos e continuados reajustes salariais que levaram o comprometimento da RCL com pessoal de 61,9% em 2010 para 70,2% em 2014 foram também os responsáveis pela aceleração dos gastos previdenciários, que apresentam o seguinte comportamento:

Tabela 1.2. Indicadores previdenciários/RCL, 2010-2015			
<b>Ano</b>	<b>Despesa/RCL</b>	<b>Insuficiência/RCL</b>	<b>Déficit/RCL</b>
2010	31,0	27,6	21,9
2011	32,9	28,8	22,5
2012	34,3	30,7	24,8
2013	34,7	30,1	23,2
2014	35,8	31,2	23,6
2015	37,8	33,5	26,3
<b>Crescimento (pp)</b>	<b>6,8</b>	<b>5,9</b>	<b>4,4</b>
<b>Crescim real s/ RCL</b>	<b>22,0%</b>	<b>21,5%</b>	<b>20,2%</b>
Fonte: Dados brutos RREO/Sefaz.			

Outra causa é a recessão econômica, com grande reflexo na arrecadação. Essa, sim, atinge todos os Estados.

Tabela 1.3. Indicadores financeiros dos Estados em % da receita corrente líquida (RCL \*), em 2015

Ordem	Indicadores diretos - Índices maiores são melhores								Indicadores inversos - Índices maiores são piores							
	Investimentos		Margem para investir		Resultado primário		Resultado orçamentário		Pessoal mais ODC (***)		Inativos e pens. (valor bruto)		Serviço da dívida		Endividamento DCL/RCL (LRF)	
	UF	%	UF	%	UF	%	UF	%	UF	%	UF	%	UF	%	UF	Unit.
1	CE	16,1	RO	11,4	MS	18,0	TO	9,8	TO	84,79	AM**	-	DF	1,9	RN	0,09
2	RJ	13,0	ES	10,7	AL	11,7	PR	6,2	ES	84,80	RR	0,68	RO	2,6	PA	0,12
3	PB	10,5	PA	10,1	RR	10,7	MS	6,1	AL	85,48	RO	6,00	RN	2,7	RR	0,12
4	SC	9,6	TO	8,3	PR	5,7	ES	5,0	RO	85,91	TO	7,75	PA	3,7	DF	0,25
5	ES	9,5	PR	8,3	AM	5,0	RR	4,7	PA	86,27	AC	12,26	ES	4,5	ES	0,31
6	RN	9,3	RR	7,7	TO	3,8	RO	3,1	PR	86,46	MA	14,77	PR	5,3	TO	0,40
7	AC	9,3	PI	2,7	SP	3,5	PA	2,5	RR	86,57	CE	17,22	BA	5,4	PB	0,41
8	RO	9,3	BA	2,7	CE	2,9	PI	1,6	SP	86,82	PA	17,45	PB	5,6	MT	0,45
9	PA	9,0	CE	2,5	MT	2,5	AL	1,2	MT	88,85	ES	17,83	PI	5,7	AM	0,48
10	GO	8,8	MT	2,3	PA	2,2	AM	- 0,2	SC	88,98	GO	17,94	RR	5,7	PR	0,49
11	SP	8,7	MA	2,2	ES	1,7	BA	- 0,8	CE	90,44	MT	18,77	AM	6,3	SC	0,53
12	BA	8,7	SC	2,1	PE	1,6	SP	- 1,1	MA	91,04	BA	19,11	SE	6,3	PI	0,57
13	AL	8,5	AM	2,0	RO	0,4	MA	- 1,1	GO	91,43	SP	19,22	MA	6,8	BA	0,59
14	MA	8,3	RN	1,9	PI	0,1	SC	- 1,2	PI	91,60	PE	20,61	TO	6,9	MA	0,60
15	PI	7,9	SP	1,6	GO	0,0	CE	- 1,3	AM	91,67	PB	20,91	PE	7,0	RO	0,61
16	MS	7,1	AL	1,4	SE	-0,8	PE	- 1,8	PE	91,73	PI	21,29	CE	7,0	PE	0,62
17	MT	7,1	PE	1,3	SC	-1,6	MT	- 2,5	BA	91,96	PR	21,65	MT	8,8	CE	0,63
18	MG	6,9	PB	0,8	BA	-1,9	PB	- 3,1	AC	92,07	DF	22,78	SC	8,9	SE	0,69
19	PE	6,3	SE	-0,8	MA	-2,1	SE	- 3,7	PB	93,59	RN	23,45	AC	10,8	AC	0,97
20	AM	6,2	AC	-2,9	RN	-3,4	AC	- 6,7	RJ	94,37	MS	24,00	SP	11,6	MS*	0,98
21	RR	5,9	GO	-6,2	AC	-3,5	RN	- 6,9	SE	94,47	SE	24,07	RS	11,9	GO	0,99
22	SE	5,3	DF	-7,1	PB	-3,6	DF	- 7,2	RN	95,34	SC	24,27	MG	13,0	SP	1,68
23	TO	5,3	RJ	-8,5	DF	-3,9	RJ	- 8,4	MS	95,69	AL	24,92	AL	13,1	AL	1,70
24	PR	3,6	MS	-9,7	RS	-5,6	GO	- 10,5	MG	98,56	RJ	25,99	MS	14,0	RJ	1,98
25	DF	3,0	MG	-11,6	MG	-6,2	RS	- 15,7	RS	102,64	MG	33,55	RJ	14,2	MG	1,99
26	RS	2,6	RS	-14,5	RJ	-7,7	MG	- 17,2	DF	105,27	RS	37,99	GO	14,7	RS	2,27
<b>Média</b>		<b>7,9</b>		<b>0,7</b>		<b>1,1</b>		<b>- 1,9</b>		<b>91,4</b>		<b>19,0</b>		<b>7,9</b>		<b>0,8</b>
<b>Mediana</b>		<b>8,4</b>		<b>2,0</b>		<b>0,2</b>		<b>- 1,2</b>		<b>91,5</b>		<b>19,9</b>		<b>6,8</b>		<b>0,6</b>

Fonte: Dados brutos levantados dos RREOs dos Estados. Faltou o Estado do Amapá, por não ter sido possível acessar os dados. (\*) Rel.a 2014.

(\*) Considerada como RCL a receita corrente deduzida das transferências aos municípios e das perdas do Fundeb.

(\*\*) O Estado do Amazonas não publicou o demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias.

(\*\*\*) Foi englobado devido à diferença de critérios entre os Estados do que seja despesa com pessoal e ODC.

## 2. Margem para investir

A margem para investir é a diferença entre a RCL e a despesa total sem os investimentos.

Em nosso entendimento é o melhor dos indicadores, porque não é distorcido pela influência dos investimentos e nem pelas operações de crédito. Pela mesma razão, o resultado orçamentário é o pior deles, porque sofre a influência desses dois fatores. O resultado primário também sofre os efeitos dos investimentos, embora não inclua as operações de crédito e o serviço da dívida.

O gráfico 2.1 mostra a margem para investir dos Estados, em 2015. Seis Estados apresentam uma margem melhor, entre 11,4% e 7,7% da RCL. O restante dos Estados alcançaram menos de 3% da RCL, com oito deles apresentando índices negativos, culminando com o RS com -14,5%. Logo acima aparecem MG (-11,6%), MS (-9,7%) e RJ (-8,5%).

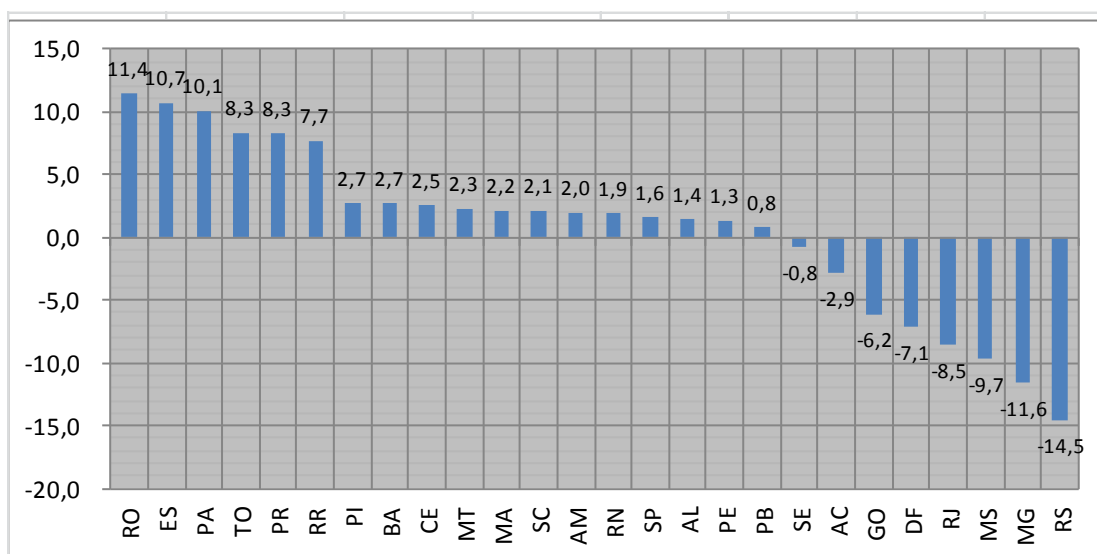


Gráfico 2.1. Margem para investir dos Estados em % da RCL, 2015

Fonte: RREOs dos Estados, 6º bimestre de 2015.

## 2.1. Margem para investir no RS

Em primeiro lugar deve ser esclarecido que a diferença de percentual do RS entre os gráficos 2.1 e 2.2 decorre da receita de anulação de restos a pagar que, no caso dos Estados, não foi considerada no cálculo da RCL. Já no caso do RS, a citada receita foi deduzida da receita corrente para formar a RCL. No primeiro caso não foi incluída para manter a uniformidade no tratamento entre os Estados.

Pelo gráfico 2.2 verifica-se que o Estado do RS vinha se ajustando. A queda da margem para investir começou em 2011, ano a partir do qual caiu sistematicamente, conforme se verifica no gráfico correspondente. Desde 1999 que os investimentos do Estado foram realizados somente com recursos de terceiros, com exceção do período 2008-2010.

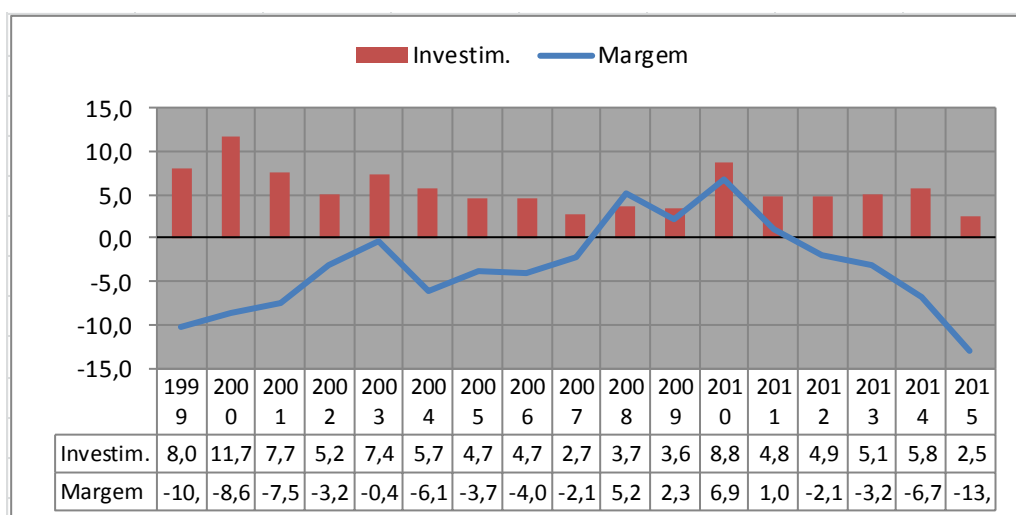


Gráfico 2.2. Investimentos e margem para investimentos do RS, 1999-2015

Fonte: Dados brutos do balanço do Estado.

## 3. Despesas com previdência

A Tabela.3.1 traz a despesa previdenciária bruta e líquida dos Estados em 2014 e 2015. Não foi apurado o déficit previdenciário, porque a contribuição patronal não tem o mesmo critério de cálculo entre os entes federados. A lei não fixa o percentual da contribuição patronal por Estado. Diz apenas que ela não pode ser menor nem mais que o dobro da contribuição do servidor.

No entanto, a despesa líquida representa a parcela que está a cargo do poder público: contribuição patronal mais complementação.

Tabela 3.1. Demonstrativo da despesa previdenciária por Estado, 2014 e 2015.							
Em % da receita corrente líquida (RCL*)							
2014				2015			
Estado	Inativos e pensionistas	Contribuição servidores	Despesa líquida	Inativos e pensionistas	Contribuição servidores	Despesa líquida	Posição (**)
AC	9,0	3,4	5,7	12,3	3,8	8,5	22
AL	22,8	3,2	19,6	24,9	3,3	21,6	4
BA	17,7	4,2	13,5	19,1	4,5	14,6	15
CE	16,2	3,3	12,8	17,2	3,4	13,9	20
DF	9,1	6,9	2,2	22,8	5,3	17,5	9
ES	17,2	2,1	15,1	17,8	3,0	14,9	18
GO	15,6	3,5	12,1	17,9	3,6	14,3	17
MA	13,2	3,2	9,9	14,8	3,5	11,3	21
MG	28,9	3,8	25,2	33,5	4,0	29,5	2
MS	19,9	4,0	15,9	24,0	4,2	19,8	7
MT	17,0	3,9	13,1	18,8	4,4	14,3	16
PA	16,6	3,8	12,8	17,5	3,7	13,8	19
PB	19,9	3,4	16,5	20,9	3,5	17,4	12
PE	19,8	4,5	15,3	20,6	4,5	16,1	13
PI	19,0	4,0	15,0	21,3	4,2	17,1	11
PR	22,3	3,7	18,6	21,7	3,6	18,0	10
RJ	27,7	3,7	24,0	26,0	3,5	22,5	3
RN	19,1	4,2	14,8	23,4	4,1	19,3	8
RO	5,5	4,7	0,8	6,0	4,5	1,5	24
RR	0,4	0,4	0,0	0,7	2,8	2,1	25
RS	35,2	4,4	30,7	38,0	4,5	33,5	1
SC	22,5	3,2	19,3	24,3	3,6	20,7	5
SE	23,4	4,8	18,6	24,1	4,7	19,4	6
SP	18,1	3,1	15,0	19,2	3,2	16,1	14
TO	6,0	4,5	1,5	7,8	4,4	3,4	23
<b>Média</b>	<b>17,7</b>	<b>3,8</b>	<b>13,9</b>	<b>19,8</b>	<b>3,9</b>	<b>15,9</b>	

Fonte: RREOs dos Estados - Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias 6º bim. 2015.

Nota: No RREO do Estado do Amazonas não consta o citado demonstrativo.

O Estado de Amapá não foi possível acessar o citado demonstrativo.

(\*) Receitas correntes menos a distribuição da receita e perdas do Fundeb .

(\*\*) Ordem crescente em 2015.

Em alguns Estados o valor da coluna exercício 2014 no RREO de 2015 está diferente do valor apurado quando do levantamento do ano anterior. Por isso, ignoramos a informação anterior, adotando como corretos os dados do RREO de 2015 para ambos os anos.



O valor considerado como inativos e pensionistas é a despesa realizada (empenhada) na função previdência. Não foi considerada a despesa administrativa.

A despesa líquida total com previdência cresceu dois pontos percentuais em relação à receita corrente líquida, ao passar de 13,9% em 2014 para 15,9% em 2015.

A Tabela 3.2 traz a despesa com inativos e pensionistas e a RCL dos dois últimos anos, mostrando o crescimento de ambas as variáveis por Estado. No total o **primeiro item cresceu 16,9% e o segundo, 7,1%, ambos nominalmente.**

O crescimento real da despesa previdenciária foi de 7.2% em média, quando descontada a variação média do IPCA, um valor altamente significativo para um momento de crise, quando a RCL decresceu 1,8% em termos reais.

Ano	Inativos e pensionistas			Receita corrente líquida (RCL *)		
	2014	2015	Var.	2014	2015	Var.
AC	404.097	507.140	25,5%	4.470.736	4.138.059	-7,4%
AL	1.358.710	1.568.817	15,5%	5.961.148	6.294.340	5,6%
BA	4.973.340	5.663.231	13,9%	28.063.704	29.639.407	5,6%
CE	2.415.001	2.709.863	12,2%	14.947.927	15.734.297	5,3%
DF	1.622.486	5.725.383	252,9%	17.921.733	25.132.500	40,2%
ES	2.089.662	2.199.100	5,2%	12.153.157	12.332.772	1,5%
GO	2.684.271	3.234.521	20,5%	17.241.487	18.028.101	4,6%
MA	1.390.317	1.660.384	19,4%	10.568.830	11.243.546	6,4%
MG	13.979.909	17.437.170	24,7%	48.326.719	51.975.012	7,5%
MS	1.683.148	2.084.302	23,8%	8.441.830	8.685.909	2,9%
MT	1.924.576	2.277.338	18,3%	11.321.286	12.130.990	7,2%
PA	2.590.424	3.012.221	16,3%	15.570.105	17.258.426	10,8%
PB	1.598.137	1.731.108	8,3%	8.031.129	8.277.310	3,1%
PE	3.824.764	4.243.483	10,9%	19.353.505	20.589.781	6,4%
PI	1.230.136	1.466.349	19,2%	6.471.131	6.888.359	6,4%
PR	6.583.930	7.189.357	9,2%	29.551.189	33.201.753	12,4%
RJ	13.160.316	13.359.452	1,5%	47.587.929	51.398.588	8,0%
RN	1.550.297	2.266.698	46,2%	8.129.522	9.667.817	18,9%
RO	314.635	361.964	15,0%	5.758.808	6.032.081	4,7%
RR	12.098	19.936	64,8%	2.867.855	2.917.106	1,7%
RS	10.649.320	11.966.771	12,4%	30.269.469	31.498.981	4,1%
SC	4.164.643	4.893.877	17,5%	18.489.401	20.161.002	9,0%
SE	1.469.212	1.582.467	7,7%	6.283.954	6.573.960	4,6%
SP	25.355.122	27.908.053	10,1%	140.085.069	145.172.944	3,6%
TO	380.727	511.548	34,4%	6.361.021	6.597.257	3,7%
<b>Total</b>	<b>107.409.276</b>	<b>125.580.532</b>	<b>16,9%</b>	<b>524.228.644</b>	<b>561.570.296</b>	<b>7,1%</b>

Fonte: RREOs dos Estados - Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias 6º bim. 2015.

Nota: No RREO do Estado do Amazonas não consta o citado demonstrativo.

O Estado de Amapá não foi possível acessar o citado demonstrativo.

(\*) Receitas correntes menos a distribuição da receita e perdas do Fundeb.

O gráfico 3.1 traz os 14 Estados com os maiores dispêndios líquidos com previdência, ou seja, que estão acima da média nacional. Começa com o RS, com 33.5%, segue por MG (29,5%) e finaliza com SP (16.1%).

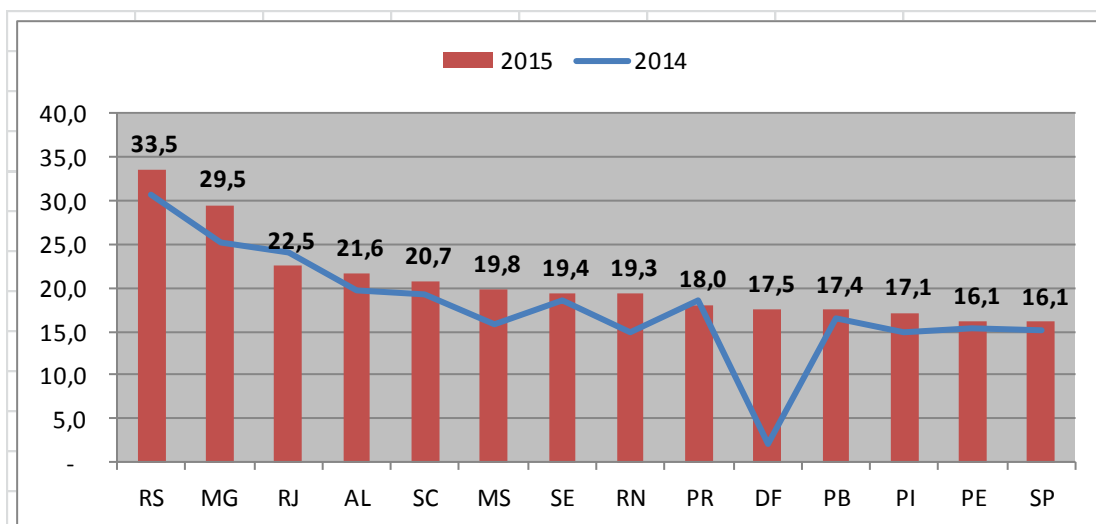


Gráfico 3.1. Gastos líquidos com previdência dos Estados acima da média, em % RCL

Fonte: RREOs dos Estados - Demonstrativo das receitas e desp. Previdenciárias

6º bimestre de 2015, onde foi apurado os dados de 2014..

#### 4. Resultados orçamentários e primários dos Estados

A tabela 4.1 traz os resultados orçamentários dos Estados, cujo total cresceu muito em 2015 sobre 2014, ao passar de um total negativo de R\$ 4.002.164 mil para um déficit de R\$ 21.587.817 mil, em 2015. Houve um crescimento R\$ De 17.583.653 nos déficits.

Por outro lado, os resultados primários, conforme se observa na tabela 4.2, passaram de um déficit de R\$ 7.198.439 mil em 2014 para um superávit de R\$ 168.700 mil em 2015, com uma redução do déficit em R\$ 7.367.138 mil.

As posições dos Estados, tanto em um como em indicativo, estão nas tabelas citadas e as posições relativas sobre a RCL constam da tabela 1.3.

Tabela 4.1. Resultados orçamentários dos Estados, 2014 e 2015 (*)					
Em R\$ 1.000,00 correntes.					
Estado	Exercício 2014	Pos. inv.	Exercício 2015	Pos. inv.	Varição %
AC	-85.675	12	-277.725	17	224,2%
AL	-304.478	18	74.216	9	-124,4%
AM	-19.540	11	-25.532	10	30,7%
BA	1.623.386	1	-222.309	13	-113,7%
CE	-776.911	22	-200.506	12	-74,2%
DF	-92.696	13	-1.807.856	22	1850,3%
ES	-152.173	16	617.335	3	-505,7%
GO	-1.328.254	25	-1.885.406	23	41,9%
MA	-116.059	15	-128.771	11	11,0%
MG	-2.165.489	26	-8.964.182	26	314,0%
MS	-283.504	17	531.700	4	-287,5%
MT	207.467	6	-297.683	18	-243,5%
PA	1.037.994	2	425.763	5	-59,0%
PB	-3.529	10	-254.635	16	7115,5%
PE	-1.032.765	23	-362.807	19	-64,9%
PI	-313.769	20	112.904	8	-136,0%
PR	643.623	3	2.059.858	1	220,0%
RJ	86.693	8	-4.323.869	24	-5087,5%
RN	-305.042	19	-663.042	20	117,4%
RO	156.280	7	187.242	6	19,8%
RR	-113.817	14	136.622	7	-220,0%
RS	-1.266.686	24	-4.942.516	25	290,2%
SC	381.997	5	-237.857	14	-162,3%
SE	70.789	9	-242.364	15	-442,4%
SP	-355.500	21	-1.540.471	21	333,3%
TO	505.491	4	646.073	2	27,8%
<b>Total</b>	<b>-4.002.164</b>		<b>-21.585.817</b>		<b>439,4%</b>
Fonte: Dados brutos dos RREOs do Estados, 6º bimestre 2015.					
Considerada a despesa empenhada, embora alguns Estados					
considerem a despesa liquidada.					

Tabela 4.2. Resultados primários dos Estados, 2014 e 2015 (*)					
Em R\$ 1.000,00 correntes.					
Estado	Exercício 2014	Pos. inv.	Exercício 2015	Pos. inv.	Varição %
AC	-329.170	16	-143.987	17	-56,3%
AL	-278.940	13	733.320	4	-362,9%
AM	-837.085	23	567.537	5	-167,8%
BA	1.127.862	2	-570.487	22	-150,6%
CE	455.335	6	460.811	6	1,2%
DF	-514.151	18	-989.312	23	92,4%
ES	-494.586	17	206.454	12	-141,7%
GO	-680.584	22	6.649	14	-101,0%
MA	-630.765	20	-231.278	18	-63,3%
MG	1.030.992	3	-3.243.577	25	-414,6%
MS	-286.532	14	1.560.330	3	-644,6%
MT	-306.741	15	297.507	10	-197,0%
PA	514.906	5	386.982	7	-24,8%
PB	-400	10	-296.850	19	74154,6%
PE	-2.060.529	25	319.445	8	-115,5%
PI	-147.538	11	3.798	15	-102,6%
PR	-934.245	24	1.901.907	2	-303,6%
RJ	-7.339.441	26	-3.957.621	26	-46,1%
RN	219.671	8	-330.023	20	-250,2%
RO	176.224	9	23.782	13	-86,5%
RR	694.141	4	312.183	9	-55,0%
RS	-542.159	19	-1.777.130	24	227,8%
SC	-654.082	21	-330.032	21	-49,5%
SE	228.955	7	-53.891	16	-123,5%
SP	4.589.051	1	5.062.845	1	10,3%
TO	-198.629	12	249.340	11	-225,5%
<b>Total</b>	<b>-7.198.439</b>		<b>168.700</b>		<b>-102,3%</b>
Fonte: Dados brutos dos RREOs do Estados, 6º bimestre 2015.					
Considerada a despesa empenhada, embora alguns Estados					
considerem a despesa liquidada.					

## 5. Dívida e serviço da dívida

No endividamento ocupamos o primeiro lugar no País há muito tempo, em relação à RCL. Para uma média de 0,8 da RCL e uma mediana de 0,6, nossa relação em 2015 era 2,27.

No tocante ao serviço da dívida, nosso percentual em 2015 foi de 11,9%, ocupando a 21ª posição, de menor a maior. O menor comprometimento era do

CE (1,9%) e o maior de Goiás (14,7%). Todos esses e outros indicadores estão na tabela 1.3, razão porque deixamos de comentá-los.

### 5.1 Renegociação dos Estados

Os principais Estados são os maiores devedores da União. Quando houve a renegociação em 1998, 90% dos recursos foram destinados aos quatro principais Estados (SP, MG, RJ e RS).

A principal razão que explicam o fato de eles serem os maiores devedores foi o fato de pagarem um valor bem menor que o da prestação calculada, geralmente 13% da receita líquida real (RLR), formando resíduos, que receberam novamente juros e correção monetária, gerando o que se chama de anatocismo (juros sobre juros). E para piorar a situação, o IGP-DI, o indexador da dívida, cresceu mais de 35% acima do IPCA entre 1998 e 2015.

O Estado do RS, por **15 anos formou resíduos**, porque devia muito, contraiu a operação Proes para sanear o sistema financeiro e, ainda, manteve cinco operações anteriores dentro do limite de 13% da RLR.

As leis complementares nºs 148/2014 e a 151/2015 alteraram o indexador para IPCA e reduziram os juros de 6% para 4%, retroativos a janeiro de 2013. A renegociação posterior, que ainda está no Congresso, foi mais adiante, ao dilatar o prazo até 2048 e parcelar em 24 prestações a partir de julho corrente do valor não pago em decorrência de liminar, de aproximadamente R\$ 875 milhões.

No cálculo na nova prestação foram somados o principal mais os resíduos da dívida. Isso reduzirá a prestação a partir de 2019, para algo em torno de 11% da RLR, inicialmente, mas que decrescerá gradativamente, para 10% em 2022 e para menos de 5% em 2048, crescendo a receita 3% reais anuais. O mais importante na negociação é que **não se formarão mais resíduos**, zerando, por isso, o saldo devedor no final do prazo contratual.

Considerando-se a receita corrente líquida (RCL), que é a parte da receita que, efetivamente, pertence ao Estado, o comprometimento será de 8% em 2019, 7% em 2022 e pouco mais de 3% em 2048.

O gráfico 5.1 mostra mais ou menos a evolução do serviço da dívida em percentual à RLR e à RCL (gerencial), até 2048, se a renegociação se concretizar dentro das premissas estabelecidas (gráfico 5.1).

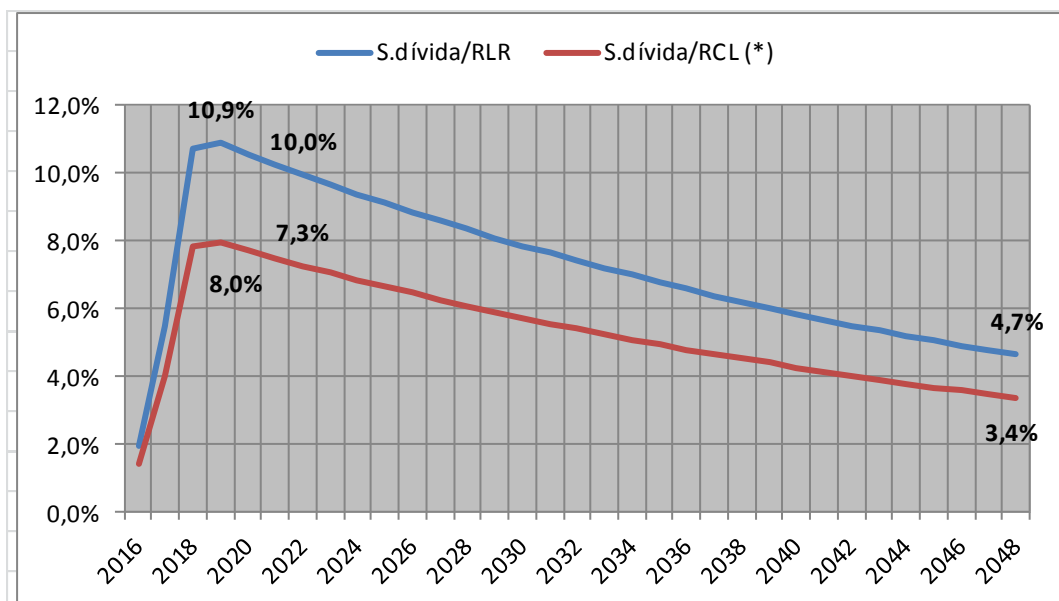


Gráfico 5.1. Serviço da dívida em % da RLR e da RCL com o acordo de junho de 2016

Fonte: Cálculo próprio com base em dados oficiais e da imprensa.

(\*) RCL gerencial. Receita líquida que pertence ao Estado.

Portanto, haverá um alívio no curto prazo (até 2018). Depois o serviço da dívida fica um pouco menor, decrescendo ano a ano, dependendo do crescimento da receita. O mais importante é que será paga toda a prestação calculada, não restando saldos a pagar, que são os responsáveis pelo anatocismo.

### Conclusão

Em 2015, O Estado do RS, em oito indicadores financeiros, ocupou a última posição em quatro, a penúltima e dois e uma situação ruim nos outros dois, comparativamente aos demais Estados da Federação. E o mais grave é que esses indicadores pioraram em relação ao exercício anterior.

Essa piora, no entanto, teve origem em despesas de caráter continuado criadas no governo anterior, que tiveram que ser honradas.

A renegociação da dívida dará um grande alívio no período 2016 a 2018, mas o serviço da dívida ainda continuará alto a partir de 2019, não tanto por seu valor relativo à receita, que será 11% da RLR ou 8% da RCL, mas pela dificuldade financeira do Estado que, apesar das medidas saneadoras do atual governo, se agravará em 2019.

Isso porque as receitas extras estarão cada vez mais esgotadas e acabará a vigência da majoração das alíquotas do ICMS, que terá que ser, obrigatoriamente, renovada. E será muito difícil. Uma prova disso é o artigo de hoje (20/07/2016) na Zero Hora, do Sr. Luiz Carlos Bohn, Presidente da Fecomércio – RS.

A folha de pagamento ficará muito alta, em decorrência dos altos reajustes da segurança que irão até 2018, citados, e o valor alto e crescente da despesa previdenciária. Na segurança, além dos reajustes referidos, houve a implantação dos **subsídios**, que  **aumentou muito a dispersão salarial entre as classes**. A diferença entre o vencimento inicial e o último de um investigador, por exemplo, será mais de quatro vezes em 2018, o que significa uma taxa média real anual de 4,7%, muito superior a do crescimento real da receita. Outros cargos tiveram dispersão menor, mas todas altas, superiores às antigas vantagens funcionais.

Se levarmos em consideração que esse servidor trabalha 30 anos ou 25, se for mulher, e recebe uma aposentadoria por mais 30 anos, a situação fica muito mais grave. E, não será surpresa se o valor da folha da segurança superar o da educação.

A lei de responsabilidade fiscal estadual e a reforma da previdência, que virá, ajudarão a resolver esse problema, mas não no curto prazo. No longo prazo, o serviço da dívida derivado da atual renegociação também se reduzirá.

Outro aspecto a destacar é que o plano previdenciário de capitalização, que seria a salvação no longo prazo, não terá condições de ser cumprido, tão logo comece a aumentar os números de participantes, porque representará um crescimento adicional de 26,5% na folha desses participantes (13,25% da contribuição do servidor que o Estado deixará de usar e outro tanto da contribuição patronal).

Necessitamos de um novo pacto federativo, mas, no curto e médio prazo, não há como esperar que a União, quebrada, abra mão de receita e a carga tributária já está muito alta.

O Estado precisa de uma união suprapartidária entre sociedade, empresários, servidores e todos os Poderes, para que todos abram mão de interesses (e privilégios). Caso contrário, seremos a Grécia em bem pouco tempo!

Porto Alegre, 20 de julho de 2016.